

# II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

## EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO JORNALÍSTICO EM REPORTAGEM SOBRE FEMINICÍDIO

**Reinaldo Zanardi**

rczanardi@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil.

Doutor em Estudos da Linguagem, professor do Departamento de Comunicação da UEL, jornalista.

**Manuela Domingues De Almeida Chagas**

manuela.domingues@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil.

Graduanda de Jornalismo.

**RESUMO:** O jornalismo causa impacto em todos os segmentos sociais, influenciando, mantendo ou equilibrando as relações de poder. E entender como opera o discurso jornalístico é importante para refletir sobre a cobertura dos veículos de comunicação e contribuir para a formação de futuros profissionais. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar os efeitos de sentido de um texto jornalístico em um jornal digital, considerando manchete, linha fina e lide/texto. Este estudo encontra suporte teórico-metodológico na Análise do Discurso (AD), de orientação francesa, com filiação ao filósofo Michel Pêcheux. Como resultados principais, entre outros gestos possíveis de interpretação, dois efeitos de sentido: a exacerbação descrição da violência contra a mulher e a culpabilização da vítima, responsabilizada pela própria violência. O primeiro efeito de sentido está associado a estratégias que passam pela busca por audiência e repercussão. Já o segundo está vinculado à ideologia machista, pertencente às estruturas de uma sociedade patriarcal.

**Palavras-chave:** feminicídio, vítimas, texto e discurso; efeitos de sentido, jornalismo.

# EFFECTS OF MEANING OF JOURNALISTIC DISCOURSE IN REPORTING ON FEMICIDE

**ABSTRACT:** Journalism impacts all social segments, influencing, maintaining or balancing power relations. And understanding how journalistic discourse operates is important to reflect on media coverage and contribute to the training of future professionals. In this context, the objective of this work is to identify the meaning effects of a journalistic text in a digital newspaper, considering headline, fine line and lead/text. This study finds theoretical-methodological support in Discourse Analysis (DA), of French orientation, with affiliation to the philosopher Michel Pêcheux. As main results, among other possible gestures of interpretation, two effects of meaning: the exacerbation of violence against women and the blaming of the victim, held responsible for the violence itself. The first effect of meaning is associated with strategies that involve the search for audience and repercussion. The second is linked to sexist ideology, belonging to the structures of a patriarchal society.

**Keywords:** feminicide, victims, text and speech; meaning effects, journalism.

## 1. INTRODUÇÃO

No dia 9 de março de 2015 entrou em vigor a lei que torna crime o assassinato de uma mulher apenas pela condição de mulher: a lei do feminicídio. A criminalização desse tipo de homicídio, por causa do gênero, é um avanço no combate à violência de gênero. O Brasil lidera os rankings mundiais de feminicídio e não há motivo para comemorar essa liderança que revela uma realidade dolorosamente perversa.

O Monitor de Feminicídios no Brasil, do Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), projeto da Universidade Estadual de Londrina, registrou somente nos oito primeiros meses de 2024, 2.638 feminicídios no país, sendo 1.178 consumados, ou seja, 1.178 mulheres perderam a vida. Desse total, 92 feminicídios foram no Paraná e um em Londrina.

O LESFEM realiza um trabalho de contra-dados, por meio de fontes não estatais sobre feminicídios no Brasil, notadamente notícias divulgadas por veículos de imprensa escrita no meio digital. Essa classificação adota o princípio das diretrizes e protocolos para investigação de mortes violentas de

mulheres, os quais indicam que a primeira hipótese a ser investigada é a de feminicídio. A sociedade brasileira possui uma hesitação em reconhecer a mulher como vítima de violência e isso afeta diretamente no momento da realização de uma denúncia. Como parte influente na formação da opinião pública, a imprensa brasileira tem grande responsabilidade na forma como noticiada casos de feminicídio. (LESFEM-UEL)

Segundo Mariano (2024), em 2023, o total de feminicídios no país chegou a 1.706, em uma média diária de 4,66, casos. Os estados com maior registro de feminicídio, considerando os consumados por 100 mil mulheres, em primeiro lugar, Mato Grosso do Sul, com 3,4 casos; em segundo, Acre, Mato Grosso e Rondônia, todos com 3,1; e em terceiro, os estados do Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo e Tocantins, todos com 2,5 feminicídios por 100 mil mulheres.

Qual a relação entre o jornalismo e os feminicídios, que são caso de polícia, um problema e um desafio para os órgãos de segurança pública? O feminicídio é consequência e, portanto, devem ser abordadas, refletidas e tratadas as causas para que se evite chegar a essa violência, a mais extrema contra a mulher. Nesse sentido, o jornalismo tem muita responsabilidade, porque pode pautar o debate, com sensibilidade e responsabilidade; ajudando a refletir sobre as causas, que passam pelo machismo, perpetuado pelo patriarcado, que “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015. P. 47).

Assim, manchetes, textos e fotografias, conscientemente ou não, constroem narrativas nas quais a vítima é culpabilizada pela violência que ela mesma sofreu. Frases são construídas colocando em descrédito a índole da mulher, dando o benefício da dúvida ao criminoso, um homem. Palavras como “traição”, “adultério”, “embriagada”, “flagrada na cama” são escolhidas e utilizadas que não apenas informam sobre o fato, mas produzem sentidos que escapam as suas intenções.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo levantar os efeitos de sentido de uma reportagem sobre feminicídio. Para tanto, será utilizada como metodologia a Análise de Discurso, de orientação francesa, com recorte nos pressupostos de Michel Pêcheux (2014). De acordo com o filósofo francês, os sentidos construídos não são estáticos, mas influenciados pelas distintas condições históricas, sociais e ideológicas dos sujeitos envolvidos na sua interpretação.

Para Zanardi (2023), se “por um lado, a cobertura jornalística de sites e portais Brasil afora ajuda a expor o feminicídio e os feminicidas, inclusive para prevenir essa situação, por outro é preciso refletir sobre a qualidade editorial dessa cobertura.” Culpabilizar a vítima afeta a forma como a sociedade enxerga a mulher vítima de violência. Esse juízo de valor pode afetar, também, as estratégias de enfrentamento à violência de gênero. Por isso, é importante entender como o discurso jornalístico produz sentidos sobre esse tema tão caro para a mulher e todos os que enfrentam em esse grave problema.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A teoria que fundamenta este trabalho é a Análise de Discurso (AD) do filósofo francês Michel Pêcheux, considerado o fundador dessa disciplina. Pêcheux (2014) trata do discurso a partir da relação com a semântica, questionando conceitos, até então, consolidados para trazer à tona elementos que se relacionam em várias camadas. Ideologia, história e social podem ser considerados instrumentos para compreender como o discurso opera e produz sentidos. Os efeitos de sentido de um discurso não são únicos nem lineares, muito menos homogêneos. Eles são múltiplos e entrelaçam-se no interdiscurso que suscita novos sentidos.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2015, p. 13).

Entre os procedimentos para compreender o discurso, pode-se citar o sujeito do discurso, as condições de produção, a formação ideológica, a formação discursiva (aqui, o constructo deve ser atribuído a Michel Foucault) e os efeitos de sentidos. A este trabalho interessa o último, os efeitos de sentidos, que podem ser empreendidos pela interpretação dos traços constitutivos do discurso.

Orlandi (2015, p. 24) afirma que a AD objetiva compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos a partir dos próprios “gestos de interpretação”. Conforme a autora, “a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma ‘chave de interpretação’”, (ORLANDI, 2015, p. 24). Ela afirma que não existe uma verdade oculta por trás do texto que enseja a constituição de um discurso.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio

simbólico. [...] Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. [...] Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”, (ORLANDI, 2015, p. 24).

Zanardi e Machado (2018) explicam que é a partir da relação entre língua, discurso e ideologia que os efeitos de sentido significam e também se ressignificam, sem pertencer a um dispositivo específico, estando à deriva e conectando-se aos textos a partir do descortinamento dessas relações.

Os efeitos de sentido são captados por quem interpreta o discurso e não são absolutos. Os sentidos geram efeitos conforme a leitura do analista e suas relações, mais ou menos estáveis, com os aspectos que interagem com o discurso, por isso não se deve considerar o jogo das intenções, o ponto de partida para a apreensão dos possíveis efeitos de sentido (ZANARDI; MACHADO, 2018, p. 3182).

Motta, Costa e Lima (2044) afirmam que o discurso jornalístico é constituído e permeado de sentidos passíveis de observação e interpretação e isso pode ser feito a partir de vários mecanismos, pelo que informa ou deixa de informar. “As notícias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa não trazem à audiência apenas informação, mas atualizam a realidade social” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 33).

Assim, o discurso jornalístico gera efeitos de sentido que precisam ser compreendidos e, na medida do possível, dissecados contextualizando seus impactos na manutenção da violência contra a mulher, aqui especificamente o feminicídio, que pode ser considerado uma pandemia, já que vitima milhares de mulheres todos os anos no país.

Bakhtin (1986) aborda a ideologia a partir da sua relação com a realidade, sendo que um produto ideológico tem significado, remetendo a fora que se situa para além de si mesmo. “Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”, (BAKHTIN, 1986, p. 31). O filósofo aponta que “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais”, (BAKHTIN, 1986, p. 36). Nesse contexto, a palavra ocupa uma posição fundamental. “A palavra é o *fenômeno ideológico por excelência*. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerada por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”, (BAKHTIN, 1986, p. 36).

A estrutura do texto jornalístico comporta a palavra em várias funções, como na manchete ou título, na linha fina ou no subtítulo, no lide (parágrafo introdutório que responde a perguntas básicas do fato: o quê? quem? quando? como? onde? por que?), na legenda de

fotografias, no intertítulo (palavra em destaque no meio do texto), na janela (frase recortada do texto e colocada em destaque na página do jornal). Se a “palavra é o *fenômeno ideológico por excelência*”, conforme Bakthin (1986), no jornalismo, a palavra é o signo por excelência.

### 3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho tem como base a AD de orientação pechetiana, mais especificamente os efeitos de sentido – como dispositivo a se relacionar com outros, como a ideologia. Como corpus, a notícia "Jovem tem 80% do corpo queimado após ser flagrada na cama com o cunhado" (Imagem 1)



**Imagem 1:** Manchete que integra o corpus deste trabalho. Reprodução Jornal de Brasília.

O texto foi veiculado no Jornal de Brasília, de 6 de março de 2019, no canal Conteúdo TV Record. Para tanto, além da manchete (Imagem 1) será considerado o texto, que consiste em um parágrafo. (Imagem 2)



**Imagem 2:** Texto jornalístico que integra o corpus deste trabalho. Reprodução Jornal de Brasília.

A notícia, conforme a Imagem 2, remete a um vídeo da TV Record que trata do assunto. A reportagem tem 6'31''. Para efeito de constituição do corpus deste estudo, o vídeo não será levando em conta. A justificativa para isso é que muitos internautas podem não assistir ao material, fiando-se apenas à manchete e ao texto recortados neste corpus.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O corpus trata da área digital do jornalismo e, portanto, o discurso presente aqui é o jornalístico, que consiste na publicação de notícia, com técnica de produção de texto, que passa pela manchete, linha fina e lide/texto. Os principais resultados deste estudo apontam – entre os gestos de interpretação possíveis – para dois efeitos de sentido que suscitam reflexões.

O primeiro efeito de sentido é a exacerbação da violência cujo protagonismo surge a partir da ênfase nos “80% do corpo queimado” da vítima. O segundo efeito de sentido é a culpabilização da vítima, já que a violência sofrida ocorre “após ser flagrada na cama com o cunhado”. Mascarenhas (2024) realizou um estudo sobre o tratamento editorial acerca do feminicídio em veículos de comunicação do Paraná. Ela levantou que quase 60% das notícias pesquisadas, ou seja, 36 de 62 textos, têm como foco principal a “descrição da violência”.

Podemos analisá-la como uma tendência do jornalismo em destacar eventos dramáticos e impactantes – como crimes –, devido ao seu apelo ao público. Isso pode ser atribuído à busca por audiência e à competitividade entre os veículos de comunicação, que muitas vezes priorizam notícias que geram mais interesse e repercussão (MASCARENHAS, 2024, p. 51).

Pode-se inferir que o enfoque na descrição da violência – parte integrante do discurso jornalístico – ocorre por causa da estrutura do texto jornalístico, calcado em uma técnica de redação, consolidada há várias décadas no ensino do jornalismo. Nilson Lage, jornalista e professor de jornalismo, é referência para várias gerações de estudantes da área, com muitos livros publicados ao longo de sua vida acadêmica. Ele afirma que os textos modernos atendem a alguns padrões por causa da sua finalidade e cita que os textos “informativos, portadores de dados e que podem não ter qualquer intenção consciente se não essa mesmo, de informar” (LAGE, 2005, p. 38).

Esse viés – informar conforme os fatos, os acontecimentos – atende a um valor do jornalismo muito difundido nas escolas de jornalismo: a objetividade, conceito difundido a partir dos anos 1960, entendido "como o espelho da realidade" (SOUSA, 2001, p. 46). Esse conceito norteou, e ainda norteia, o trabalho de profissionais da área, em que pese ter sido, também, modificado. “Para grande parte dos jornalistas, objectividade é essencialmente descrever fatos verificáveis e verificados, citar fontes credíveis, contrastar fontes. Com estes procedimentos, atingiriam a objetividade”, (SOUSA, 2001, p. 46).

A linguagem não é neutra, porque está associada ao contexto e aos usos linguísticos. Uma mesma palavra pode ter sentido de prestígio ou estigmatizado. E isso precisa ser levado em consideração. Sousa (2001) reconhece que o discurso não é neutro e, por isso, confronta a tal objetividade, a partir da semântica e a estrutura textual. “A escolha das palavras e a ordem dessas palavras traduzem juízos de valor a que o jornalista não se consegue furtar”, (SOUSA, 2001, p. 46)

Recorrer à redação jornalística e à objetividade é necessário para apontar que o texto jornalístico obedece a um padrão que propicia o enfoque na descrição da violência, incluindo a técnica do lide, centrada em seis questões: o quê? quem? quando? como? onde? por que?. Tomemos o lide do texto jornalístico em questão.

Uma jovem teve 80% do corpo queimado durante um churrasco de Carnaval. Embriagada, a garota descansou em um dos quartos da casa onde estava hospedada. Horas depois, o namorado flagra o cunhado sem roupa na mesma cama da jovem. Irritado, ele teria sido o responsável por colocar fogo no corpo da vítima. Abuso sexual e adultério estão entre as linhas de investigação da polícia. (JORNAL DE BRASÍLIA, 2019).

Detalhemos a técnica do lide: *80% do corpo queimado* – o que; *jovem* - quem; *durante um churrasco* – quando; *após ser flagrada na cama com o cunhado* – por que. As seis questões do lide não precisam estar todas respondidas, sendo selecionadas as de maior importância noticiosa, tanto que a manchete – *Jovem tem 80% do corpo queimado após ser flagrada na cama com o cunhado* – reproduz três questões: o quê? quem? por que?. Do ponto de vista jornalístico – recorrendo à objetividade, as informações estão corretas, porque se referem ao fato em si. Pode-se dizer, portanto, que a estrutura do texto jornalístico, a partir das técnicas jornalísticas, favorece o discurso de violência contra a mulher, porque a escolha



editorial recai sobre a vítima e não sobre agressor. É preciso pensar mudanças estruturas na escolha das respostas às perguntas do lide.

Como exercício neste trabalho, pode-se apresentar outro enfoque para o lide. Quem – homem (namorado); o quê – coloca fogo no corpo de jovem; por que – ciúme motivado pelo cunhado ter abusado da jovem. Nesse sentido, a proposta de novo lide ficaria da seguinte forma.

Um homem colocou fogo no corpo de uma jovem, sua namorada. Ela participava de um churrasco, estava embriagada e, enquanto descansava em um dos quartos da casa onde estava hospedada, foi abusada pelo cunhado. Abuso sexual é uma das linhas de investigação da polícia. Ao flagrar o cunhado sem roupa na mesma cama da jovem, o namorado cometeu o ato de violência.

Na proposta de novo lide, a informação de que a polícia tem como linha de investigação é descartada, pelo fato de adultério ser não crime. A legislação considerava adultério crime até 2005, condição alterada pela Lei nº 11.106. No entanto, a infidelidade que deixa de ter repercussão na seara criminal, mas tem implicações na área cível. “Por mais que não seja mais crime, o adultério continua sendo um ilícito civil e pode gerar consequências graves, pois o Código Civil prevê, em seu art. 1.566, inciso I, o dever de fidelidade recíproca entre os cônjuges”, (RAMOS, 2002).

A exclusão da informação sobre adultério, apresentada pela polícia, justifica-se pelo fato de que esse “ilícito civil” aplica-se a cônjuges, ou seja, pessoas casadas e não em situação de namoro, como no acontecimento objeto desta análise. O jornalista pode selecionar informações que publicará? Sim, porque ele faz isso o tempo todo, hierarquizando informações e descartando outras.

Para mudar o enfoque da jornalístico da vítima para o agressor é preciso mudar, inclusive, a cultura do ensino do jornalismo, admitindo que a violência contra a mulher é problema grave que precisa ser enfrentado na perspectiva da segurança pública, na criação de mecanismos de prevenção e, também, a partir de mecanismos de produção de sentido. Nesse último caso, o jornalismo e a comunicação midiática são instrumentos produtos de sentido por excelência. Como a violência contra a mulher transformou parâmetros de abordagem em vários segmentos, o jornalismo precisa repensar os seus próprios parâmetros.

E é nesse viés, que no contexto do corpus deste trabalho, que a violência sofrida acaba justificada com a culpabilização da vítima. Esse gesto de interpretação encontra suporte na associação da própria violência com o fato de a vítima ter sido queimada, “após ser flagrada

na cama com o cunhado” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2019). O efeito de sentido da culpabilização da vítima apresenta – de forma oculta – uma condição. Se ela não tivesse sido flagrada na cama, não teria sido queimada. Essa interpretação é corroborada por outra informação presente no lide do texto jornalístico. “Embriagada, a garota descansou em um dos quartos da casa onde estava hospedada.” Aqui, mais uma vez a condição oculta: “se não tivesse bebido demais”. O enfoque é a jovem e não o cunhado abusador, que se aproveitou de sua embriaguez para se aproveitar dela sexualmente. Fazer sexo com pessoa embriagada pode ser enquadrado no crime de estupro de vulnerável, porque a pessoa pode não ter condições de consentir por causa da embriaguez.

Os dois efeitos de sentido (exacerbação da violência e culpabilização da vítima) levantados neste trabalho são potencializados pelo que não é dito no texto jornalístico. Em nenhum momento, o texto apresenta as variantes linguísticas feminicídio e/ou tentativa de feminicídio, que é o assassinato de mulheres por questões de gênero. O uso desta variante linguística, no texto jornalístico, ajuda a popularizar o conceito desse crime levando à compreensão de que a mulher é vítima da violência sistêmica que marca os valores machistas de uma sociedade patriarcal.

O apagamento de termos suscita outro procedimento da AD, o esquecimento. Orlandi (2015) explica que existem dois tipos de esquecimento. O tipo 1, que é da instância ideológica. O tipo 2, é da ordem da enunciação. Quando alguém fala algo, diz de um jeito e não de outro. Para efeito deste trabalho, o apagamento do termo feminicídio é o esquecimento 1. “Ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 33).

Numa sociedade patriarcal, a ideologia dominante nas relações de gênero é a machista, cujas relações colocam a mulher numa posição subalternizada. Assim, apagar o termo feminicídio corrobora as estruturas machistas dessa mesma sociedade. “Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós; eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade”, (ORLANDI, 2015, p. 33).

Em uma hipótese de o termo feminicídio ser usado, o discurso suscita que há um responsável por esse crime e se trata de um homem, que age motivado por ciúmes, que toma a mulher como sua propriedade, que não aceita o fim do relacionamento ou do casamento. O apagamento, portanto, da palavra feminicídio associa-se ao esquecimento 1, de ordem

ideológica, cujos valores patriarcais não assumem a responsabilidade pela morte da mulher, terceirizando para ela própria a culpa pela violência sofrida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O discurso jornalístico é importante, porque a cobertura jornalística produz sentidos o tempo todo, impactando todos os segmentos sociais, mantendo ou equilibrando as relações de poder. Entender como opera esse discurso faz-se necessário para refletir sobre a cobertura jornalística, contribuindo para profissionais na redação e para a formação acadêmica de estudantes de Jornalismo.

Neste trabalho, o discurso jornalístico – a partir do texto publicado – suscita dois efeitos de sentido para um caso de tentativa de feminicídio: exacerbação da violência e culpabilização da vítima. Não são efeitos de sentido, captados por gestos de interpretação dos autores do trabalho, inéditos no discurso jornalístico. Ao contrário, esse tipo de efeito de sentido é muito comum fazendo a manutenção de valores machistas de uma sociedade patriarcal, que justificam a violência contra a mulher, inclusive na sua forma mais extrema, o feminicídio.

São enormes os desafios para reverter a lógica de produção do texto jornalístico, de um discurso que faça a manutenção de valores machistas para um texto em que a mulher é vítima e não deve ser culpabilizada. Esses desafios passam por vários fatores. Pode-se elencar aqui alguns que, inclusive, devem ser explorados em outros trabalhos futuros de forma mais aprofundada, com metodologia adequada.

Primeiro, sensibilização de profissionais que estão no mercado para a problematização apontada neste estudo. Sensibilização que passa por desenvolver novas formas de noticiar, diferentes da prática atual. Essa tarefa não é fácil, porque mudar a lógica da produção exige reflexão, que pede tempo. Com redações enxutas e trabalhadores precarizados, esse tempo é escasso.

Segundo, muitas informações que exacerbam a violência e culpabilizam a vítima de violência originam-se nas fontes policiais, que reproduzem o machismo estrutural. Diante disso, o jornalista (repórter, editor) deve questionar essas informações e não simplesmente reproduzi-las. O jornalismo não pode ser meramente declaratório.

Terceiro, as escolas de jornalismo precisam abordar essa temática no ensino da técnica de redação jornalística. O exercício do lide e outras técnicas podem incorporar a

problematização feita pelos autores neste trabalho. Além disso, essa temática deve ir além da sala de aula. A participação dos estudantes em eventos, cursos, projetos de pesquisa e de extensão podem dar subsídio valioso, nessa perspectiva, para a formação profissional. Essa participação, se ocorrer de forma integrada com outras áreas do conhecimento, em outros centros de estudos, poderá ser ainda mais efetiva.

Como se vê, os desafios colocados para a mudança da lógica da produção do texto jornalístico são árduos, mas são necessários e mostram-se urgentes. Somente com esforço integrado de vários setores e segmentos, com atuação multiprofissional, é que se pode conseguir atingir um patamar de igualdade de gênero. E o jornalismo integra esses esforços. Ele não pode ser mero reprodutor de declarações cujos interesses não remetem, necessariamente, ao interesse público e ao bem-estar da coletividade.

## REFERÊNCIAS

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. Ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editoria Hucitec, 1986.

JORNAL DE BRASÍLIA. Jovem tem 80% do corpo queimado após ser flagrada na cama com o cunhado. *Jornal de Brasília*. 06 mar. 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/D8kpD>>. Acesso em 27 set. 2024.

LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LESFEM-UEL. *Metodologia para produção de dados sobre Feminicídios/Mortes Violentas de Mulheres*. Disponível em: <<https://sites.uel.br/lesfem/metodologia/>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MARIANO, Silvana. Informe [livro eletrônico] *Feminicídios no Brasil 2023: monitor de feminicídios no Brasil*. Londrina. Ed: dos Autores, 2024. p. 24.

MASCARENHAS, Leticia. *Imprensa e Feminicídio: uma análise dos casos noticiados no Paraná*. 2024. 77. Trabalho de Conclusão de Curso Jornalismo – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga; Gustavo Borges Gosta; Lima, Jorge Augusto. Notícia e Construção de Sentidos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.XXVII, n.2, p. 31-51, jul-dez 2004.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 12.ed. Campinas, Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlani et al. 5.ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

RAMOS, Lucas Cotta de. *Posso ser preso por adultério? Entenda as consequências para a infidelidade no casamento!* Jusbrasil, 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/sLRjs>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos do jornalismo impresso*. Porto, 2001. BOCC, 2006. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yKyeo>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ZANARDI, Reinaldo. Jornalismo e Feminicídios. In: MARIANO, Silvana. Informe [livro eletrônico] *Feminicídios no Brasil 2023: monitor de feminicídios no Brasil*. Londrina. Ed: dos Autores, 2024. p. 16- 119.

ZANARDI, Reinaldo. MACHADO, Rosemeri P. Baltazar. Efeitos de sentido em charges: um estudo sobre o politicamente correto. *Fórum Linguístico*. Florianópolis (SC), v.15, n.3, p. (3180-3191),jul./set.2018.